

O Entorno Estratégico Brasileiro na Geopolítica das Grandes Potências: a Crise da Venezuela e seus Impactos para o Brasil

The Brazilian Strategic Environment in the Geopolitics of the Great Powers: the Venezuela Crisis and its Impacts for Brazil

Augusto W. M. Teixeira Júnior*

RESUMO

A América Latina passa por um processo de reposicionamento no tabuleiro internacional. Com a emergência de polos de poder alternativos, a multipolaridade traz consigo a retomada da competição geopolítica, notadamente entre os Estados Unidos, Rússia e China. Percebida por estudiosos como uma Segunda Guerra Fria, a competição geopolítica contribui para reorganizar a América Latina e Caribe como um espaço de atuação geoestratégica no jogo global de poder. Nesse contexto, urge indagar como as potências mundiais influenciam o entorno estratégico brasileiro e quais seus reflexos para a segurança e defesa do Brasil e da América do Sul? O artigo desenvolve a sua análise a partir do ferramental teórico da geopolítica e conceitos clássicos do realismo em Relações Internacionais. Busca-se apresentar uma análise compreensiva de como a incorporação da América Latina e Caribe como tabuleiro estratégico da competição geopolítica entre grandes potências produz desafios de segurança para o Brasil.

Palavras-chave: Geopolítica; Grandes Potências; América Latina e Caribe; Entorno Estratégico; Brasil.

ABSTRACT

Latin America is going through a process of repositioning itself on the international stage. With the emergence of alternative poles of power, multipolarity brings with it the resumption of geopolitical competition, notably between the United States, Russia and China. Perceived by scholars as a Second Cold War, geopolitical competition contributes to reorganize Latin America and the Caribbean as a space for geostrategic action in the global power game. In this context, it is urgent to ask how the world powers influence the Brazilian strategic environment and what are their consequences for the security and defense of Brazil and South America? The article develops its analysis based on the theoretical tools of geopolitics and classic concepts of realism in International Relations. We seek to display a comprehensive analysis of how the incorporation of Latin America and the Caribbean as a strategic board for the geopolitical competition between great powers produces security challenges for Brazil.

.Keywords: Geopolitics; Great Powers; Latin America and the Caribbean; Strategic Environment; Brazil.

*Doutor em Ciência Política (UFPE). Pós-doutor em Ciências Militares (ECEME). Professor do Departamento de Relações Internacionais e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e Relações Internacionais (UFPB). Pesquisador Sênior do Núcleo de Estudos Prospectivos do Centro de Estudos Estratégicos do Exército (NEP - CEEEx) e do INCT-INEU.

Sumário Executivo

O presente artigo é a síntese de uma agenda de pesquisa mais ampla produzida na área de Geopolítica e Estratégias Militares de “Geopolítica e Estratégias Militares” do Núcleo de Estudos Prospectivos (NEP) do Centro de Estudos Estratégicos do Exército (CEEEx). O artigo em tela é o trabalho final do ciclo de investigação 2019/2020, estruturado a partir dos dados coletados e análises empreendidas disponíveis em outros três ensaios preparatórios referenciados na bibliografia.

O objetivo central dessa agenda buscou descrever e explicar o perfil da atuação das grandes potências no entorno estratégico brasileiro. Para tal, o trabalho buscou responder a seguinte indagação: como as potências mundiais influenciam o entorno estratégico brasileiro e quais seus reflexos para a segurança e defesa do Brasil e da América do Sul? Embora a investigação tenha no Brasil a sua preocupação central, a análise empreendeu o estudo comparado da atuação de China, Rússia e Estados Unidos na América Latina, com ênfase na participação deles na crise da Venezuela.

Na seção “Fundamentos Teóricos para uma Geopolítica do Brasil na Multipolaridade” apresentamos como o problema de pesquisa deve ser pensado à luz do ferramental teórico da Geopolítica e de teorias e conceitos das Relações Internacionais. Parte-se da premissa de que para se compreender a geopolítica das grandes potências no entorno estratégico brasileiro se faz necessário atentar para como a mudança hodierna no padrão de polaridade (multipolar) dialoga com o primado da geografia no contexto mais amplo da rivalidade interestatal. A seção explorará a questão da polaridade e de sua mudança e como ela produz rebatimentos geopolíticos para a segurança internacional e para o Brasil. Dentre esses, iremos explorar a retomada da competição geopolítica impulsionada pela desconcentração de poder a nível global e como esse dado estrutural reacende a disputa pela mudança do equilíbrio de poder em diversas regiões, inclusive na América Latina e Caribe.

Exploramos como a aludida retomada da disputa interestatal entre grandes poderes traz para a literatura o léxico tradicional do realismo, em particular aquele cuja época de ouro fora a Guerra Fria. Sobre essa expressão, a própria literatura aponta a emergência de uma nova ou segunda guerra fria como elemento explanatório do atual padrão de competição entre grandes potências. A construção mais ampla desse debate entre teóricos e a literatura especializada no presente texto, mais do que um referencial teórico puro, se presta a construir o problema empírico à luz de uma literatura de referência, problematizando-o. Isso servirá para numa perspectiva dedutiva melhor captar como a América Latina e o Brasil se inserem nessa conjuntura.

A segunda seção do artigo tem como título “Rússia, China e Estados Unidos na América Latina: impactos para o Brasil”. Nela discorreremos sobre como ao se projetar para o Hemisfério Americano Moscou logrou conquistar aquilo que chamamos de triângulo caribenho, composto por Venezuela, Nicarágua e Cuba. Em especial, a análise sobre o tandem Moscou-Caracas explora como a internacionalização da crise da Venezuela reflete a competição que se processa no nível do sistema entre Rússia e Estados Unidos. Exploraremos os meios de atuação da Rússia no país sul-americano – gás, petróleo e armas – tal como Moscou procede como fator de sustentação do regime bolivariano e sua contribuição para o quadro de instabilidade regional na região setentrional da América do Sul.

Em seguida, a seção se volta para o tandem sino-venezuelano, entretanto com uma lente mais ampla, captando os vínculos de Pequim com um leque maior de países na América Latina. A seção versa igualmente sobre a conexão entre a atuação chinesa na Venezuela e região e a sua confluência com preceitos de grande estratégia, mais notadamente o “Rejuvenescimento Chinês” (fim) e o conceito de “1+3+6” (meios). Não obstante a atuação chinesa na América Latina tenha um perfil mais brando que o apresentado pela Rússia, caracterizando-se pela predileção por meios comerciais, investimentos e crédito, exploramos como o comportamento de Pequim também produz impactos geopolíticos e militares, em particular em virtude de sua participação na composição de capacidades militares

Em sequência, lançamos luz em como os Estados Unidos reagem à conversão de uma porção de sua zona de influência histórica em território de disputa com potências Eurasiáticas. Exploramos como a administração Trump busca responder ao desafio geopolítico e busca assegurar o seu espaço hemisférico, embora não aparente possuir uma estratégia organizada para a região. Ao passo que a crise da Venezuela e sua reação a mesma repercute a internacionalização da crise e a sua captura pelo balanceamento entre grandes potências, analisamos como os tandens Estados Unidos-Colômbia e Estados Unidos-Brasil podem ser percebidos como afetando os alinhamentos e o equilíbrio de poder na região, consagrando a sua conversão em tabuleiro geopolítico. Por último, apresentamos as considerações finais.

1. Fundamentos Teóricos para uma Geopolítica do Brasil na Multipolaridade

Para compreender a conjuntura geopolítica e de segurança internacional que desafia o Brasil em seu entorno estratégico se faz necessário atentar para a articulação entre polaridade e geopolítica e como as suas mudanças nas últimas décadas têm sido decisivas para o atual estado de coisas.

Na conjuntura de competição internacional entre grandes potências, o léxico conceitual das teorias de equilíbrio de poder retoma seu lugar como lentes de análise. Acompanhando os contornos da disputa geopolítica em curso, a feição e formas de balanceamento transitam cada vez mais de feições suaves (*soft balancing*) para duras (*hard balancing*) (PAUL, 2004). O balanceamento através da formação de coalizões, instituições e regras tem na ameaça e uso da força um componente cada vez mais claro. Nas últimas décadas, a mudança da polaridade global afetou não apenas a segurança e a geopolítica das grandes potências, mas também a de países latino-americanos como o Brasil. Ao se processar uma redistribuição de poder e de capacidades entre as principais potências do sistema, velhos antagonismos ressurgem e novos alinhamentos podem ser moldados, afetando assim alinhamentos e alianças em diversas regiões, inclusive na América Latina.

Tradicionalmente percebida como uma região secundária e distante dos grandes polos de tensão internacional, a América Latina passa por um processo de reposicionamento no tabuleiro internacional. Com a emergência de polos de poder alternativos, a multipolaridade traz consigo a retomada da competição geopolítica, notadamente entre as grandes potências, a saber: Estados Unidos, China e Rússia. A disputa geopolítica em curso, percebida por estudiosos como uma Segunda Guerra Fria, contribui para reorganizar a América Latina e Caribe como um espaço de atuação geoestratégica no jogo global de poder político e econômico entre Washington, Pequim e Moscou. Para

compreender essa ideia, se faz necessário pensar a configuração de distribuição de poder internacional.

Destarte um profícuo debate teórico sobre polaridade (KRAUTHAMMER, 1990; HUNTINGTON, 1999; MEARSHEIMER, 2001; BUZAN, 2004), é possível afirmar que nos últimos trinta anos, o padrão de distribuição de poder global (polaridade) mudou: de bipolar na guerra fria para de polaridade indefinida¹ nos anos noventa e, estruturando-se na atualidade em um padrão multipolar. Fortemente apoiado por processos de transformação, reforma e modernização militar em décadas recentes, o fenômeno de distribuição de poder entre unidades do sistema internacional é propiciado pelo incremento de capacidades representativas das expressões do poder nacional. A condição percebida de declínio relativo do poder militar dos Estados Unidos (ESTADOS UNIDOS, 2017), contribui para tornar manifesta a competição geopolítica entre as grandes potências, ampliando o seu o escopo e alcance, particularmente no campo militar. Diante desse contexto de mudança estrutural, a geoestratégia retoma um lugar de relevância a que se julgava perdido com o fim da Guerra Fria.

Uma característica fundamental de uma distribuição de poder multipolar consiste na emergência de distintos polos de poder. Em um mundo marcado pela presença global dos Estados Unidos e seus efeitos (des)estabilizadores em todas as regiões do globo, polos de poder emergentes tem o potencial de contestar a primazia de Washington e disputar a reorganização do equilíbrio de poder regional. Essa estrutura conflitiva possui impactos geopolíticos. Mais especificamente, a realidade da presença

¹ Também conhecida como “momento unipolar”. Ao longo dos anos 1990 houve um importante debate sobre qual padrão de polaridade preponderava no pós-guerra fria. Dentre as principais posições, destacavam-se a que considerava um padrão unipolar (KRAUTHAMMER, 1990), uni-multipolar (HUNTINGTON, 1999) e multipolar desequilibrado (MEARSHEIMER, 2001) e modelo 1+4 (BUZAN, 2004).

global dos Estados Unidos, alicerçada na necessidade de projetar-se globalmente e de sustentar a sua presença nas áreas mais diversas do globo², constitui um óbice aos esforços sino-russos³. A presença americana nas mais distintas regiões do planeta permite a Washington agir no equilíbrio de poder de diversas regiões, favorecendo aliados e contendo antagonistas.

Fig. 1: Comandos Combatentes dos EUA



Fonte: ESTADOS UNIDOS. Department of Defense. United States Unified Combatant Commands. December 2013. Disponível em: https://archive.defense.gov/home/features/2013/1213_cocom/. Acesso em 24 jan. 2020.

Como resultado desse espraiamento global dos Estados Unidos, em particular em contato com a área de influência histórica da Rússia na Europa e da China na Ásia de Leste, é que os esforços de ordenamento regional envidados pelo tandem sino-russo esbarram inevitavelmente na resistência dos Estados Unidos e de seus aliados em cada uma dessas regiões. Conseqüentemente, se coloca em curso e em patamares mais

manifestos uma competição geopolítica que agora se mostra aberta.

O ambiente regional, horizonte natural de expansão das potências que buscam prevalência regional, se vê constrangido pelo peso da presença dos EUA na organização da geopolítica regional e de seus desdobramentos. Tradicionalmente, polos de poder são calcados na busca ou realização da prevalência regional, constituindo assim zonas ou áreas de influência (BUZAN e WAEVER, 2003). A capacidade de organizar geopoliticamente uma região pode ser entendida como uma forma de buscar segurança e poder. Ademais, a dimensão regional de uma potência global é um fator potencializador de sua projeção global; ou seja, um entorno regional seguro e estável habilita à potência se projetar globalmente com maior segurança e liberdade de que seus flancos geopolíticos estarão guarnecidos. Por essa razão que a Rússia reemergente luta a duas décadas para cessar a perda de espaço de sua outrora área de influência na Europa de Leste e Cáucaso⁴. Eventos como a guerra russo-georgiana (2008), a guerra civil no Leste da Ucrânia (2014 – presente) e a anexação da Criméia exemplificam esforços russos no sentido de cessar a redução de sua antiga área de influência europeia. Pela mesma razão, a China envida esforços para ordenar o Leste Asiático à sombra do que fora o Império do Meio⁵. Os esforços de aproximação sino-russa no campo militar, como exemplificado pela participação da

² Ver United States Department of Defense (2013). “United States Unified Combatant Commands”. Disponível em: https://archive.defense.gov/home/features/2013/1213_cocom/. Acesso em: 14 out. 2019.

³ Desenvolvemos essa questão em trabalhos anteriores. Para mais informações, ver: TEIXEIRA JÚNIOR, Augusto W. M.. *Postura Estratégica dos Estados Unidos e uso da Força*. Centro de Estudos Estratégicos do Exército: Análise Estratégica, [S.l.], v. 9, n. 3, p. 5-17, ago. 2018. Disponível em: <http://ebrevistas.eb.mil.br/index.php/CEEEExAE/article/view/1636>. Acesso em: 15 out. 2019.

⁴ Desenvolvemos essa questão em trabalhos anteriores. Para mais informações, ver: TEIXEIRA JÚNIOR, Augusto W. M.. *Postura Estratégica da Rússia e Uso da Força no Século XXI*. Centro de Estudos Estratégicos do Exército: Análise Estratégica, [S.l.], v. 10, n. 4, p. 5-20, nov. 2018. Disponível em: <http://ebrevistas.eb.mil.br/index.php/CEEEExAE/article/view/1837>. Acesso em: 15 out. 2019.

⁵ Desenvolvemos essa questão em trabalhos anteriores. Para mais informações, ver: TEIXEIRA JÚNIOR, Augusto W. M.. *Grande Estratégia e Modernização Militar da China Contemporânea*. Centro de Estudos Estratégicos do Exército: Análise Estratégica, [S.l.], v. 12, n. 2, p. 11-26, maio 2019. Disponível em: <http://www.ebrevistas.eb.mil.br/index.php/CEEEExAE/article/view/2247>. Acesso em: 15 out. 2019.

China no exercício militar Vostok 2018⁶ e na aproximação relativa à área de petróleo e gás se somam aos esforços de Pequim no sentido de reordenar a região em iniciativas que caminham desde a criação de ilhas artificiais em águas contestadas do Mar do Sul da China até as ações da Iniciativa do Cinturão e Rota. Em ambos os casos, Moscou e Pequim jogam um delicado jogo geopolítico em antagonismo com os Estados Unidos e seus aliados, seja a OTAN no Ocidente, ou o Japão, Índia e países do ANZAC⁷ no Oriente. Com efeito, potências como Rússia e China aspiram a condição de primazia em suas regiões, não apenas no campo do poder militar, mas fundamentalmente na capacidade de ordenação regional, principalmente em relação à normas, valores, instituições e liderança.

Como se percebe nas linhas anteriores, a mudança de polaridade, associada ao declínio relativo do poder americano concomitante ao acréscimo de poder de potências rivais, possui rebatimentos na geopolítica da construção dos espaços regionais, em especial das zonas de influência. Como resultante, contribui para a manifestação mais efetiva da outrora latente competição entre grandes potências. Um segundo efeito da multipolaridade em formação é que traz consigo a retomada da competição geopolítica (KAPLAN, 2013). Na prática a competição geopolítica nunca cessou, as mudanças abordadas acima conferem novo ânimo à competição geopolítica existente, que em certos momentos é latente e em outros é manifesta.

Na contemporaneidade, os principais antagonistas da competição em curso no plano global são os Estados Unidos, Rússia e China, grandes potências aptas a afetar o sistema internacional em várias áreas, como

segurança, comércio e política. Geograficamente, a contra-pressão à supremacia geoestratégica dos Estados Unidos se dá onde a potência hegemônica se projeta com mais força: na Eurásia. A Rússia emergente que se projeta para a Europa de Leste e Oriente Médio e a China em ascensão que se lança ao Leste Asiático e à África são forças que alteram se não a geografia contemporânea do poder americano, alteram sim a geopolítica de uma multipolaridade em curso (IISS, 2017).

No contexto de uma multipolaridade em formação, a emergência de polos de poder alternativos aos dominantes contribui para a retomada de padrões de conflito e competição já percebidos em momentos anteriores na história. É nesse sentido que parte da literatura especializada que se debruça sobre a geopolítica das grandes potências considera a existência de uma Nova ou Segunda Guerra Fria (KRAMER, 2018; KAPLAN, 2019). Para além do renovado antagonismo entre opositores da época – EUA/OTAN *versus* Rússia/China – a ideia de Segunda Guerra Fria contribui para pensar a competição geopolítica entre os atores supracitados como um confronto sistêmico, de longa duração.

No contexto em que tanto Rússia como a China apostam em estratégias globais de atuação, o tabuleiro estratégico centrado na Eurásia se expande para incorporar outros continentes e regiões como a América Latina e Caribe. Como metáfora, essa movimentação geopolítica pode ser interpretada à luz da ideia de Nova ou Segunda Guerra Fria que bate às portas do Brasil. Apesar de não estar em voga um confronto no campo ideológico como na Guerra Fria clássica, existem interpretações e valores em oposição entre os contendores supracitados. Questões relacionadas ao primado de valores como soberania, direitos humanos e autonomia do indivíduo face à sociedade são dispostas à luz de um embate de caráter civilizacional por parte de Estados Unidos (UNITED STATES OF AMERICA, 2017), Rússia (RUSSIAN FEDERATION, 2015) e China (CHINA, 2016), que muito lembra a ideia de

⁶ SPUTNIK, “Exércitos russo e chinês podem funcionar de forma integrada graças a manobras Vostok 2018”, disponível em: <https://br.sputniknews.com/defesa/2018091112181542-russia-china-manobras-vostok-2018/>. Acesso em: 14 out. 2019.

⁷ Austrália e Nova Zelândia.

Huntington sobre o choque de civilizações (1996).

Imerso nesse grande contexto geopolítico denominado por autores como Bandeira (2013) de Segunda Guerra Fria, que a competição geopolítica tratada assim a contribui para reorganizar a América Latina e Caribe nos modelos geopolíticos contemporâneos. A reavaliação e inserção da região no quadro da competição global se processa fundamentalmente na conformação de espaços regionais latino-americanos como ambientes de atuação geoestratégica no jogo global de poder para Moscou, Pequim e Washington.

Em síntese, a partir do entendimento sobre a formação de polos de poder alternativos aos Estados Unidos e da subsequente redistribuição de poder internacional, infere-se o desafio à condição de proeminência incontestada dos Estados Unidos. A noção de declínio relativo do poder americano, além de alimentada pela emergência do tandem sino-russo, apoia-se na dispersão de vantagens – tecnológicas, geopolíticas, energéticas econômicas e financeiras – com potencial de afetar o equilíbrio de poder internacional. Nesse cenário, como Brasil se vê afetado pela disputa geopolítica entre as grandes potências? Para melhor compreender esses desdobramentos, veremos a seguir como a América Latina e o Brasil se inserem na geopolítica das grandes potências na atualidade.

Historicamente, a Geopolítica se desenvolveu à luz de um prisma ocidental, calcada nos ditames e necessidades de homens de seu tempo que tinham por razão prática a resolução de problemas geopolíticos presentes. Com isso em mente, uma parte substantiva da geopolítica formal se desenvolveu com olhos para a Eurásia (CAIRO, 2008; KAPLAN, 2013). Como bem ilustra a cartografia de Mackinder, essa orientação de caráter eurocêntrico teve entre seus efeitos aquilo que Cairo (2008) chamou de marginalização da América Latina e Caribe dos grandes esquemas geopolíticos. Essa região, situada numa das “ilhas” que orbitam

o Crescente Externo pensado por Mackinder (MELLO, 1994), era percebida em diversos escritos geopolíticos como um espaço de atuação prioritário da potência marítima dominante, no caso, os Estados Unidos. Desprovida de centralidade nas principais dinâmicas geopolíticas globais, a América Latina estruturava-se historicamente como uma periferia geopolítica. No entanto, conforme demonstrado pela história do século XX, a região em tela se viu envolvida e afetada por grandes questões internacionais no decorrer do século.

Conforme se pode inferir a partir da reflexão apresentada, a retomada de uma distribuição multipolar associada a uma renovada competição geopolítica entre grandes potências contribui para um reposicionamento da América Latina na geopolítica contemporânea. A antiga condição de periferia geopolítica, tradicionalmente marginalizada, se vê paulatinamente alterada em face da atuação de grandes potências na região. A atuação na América Latina de Estados Unidos, China e Rússia gera um efeito de compressão sobre o espaço geopolítico do subcontinente, com consequências para o Brasil. Entendemos que esse processo, apesar de aportar significado estratégico à região, poderá fomentar desafios de segurança ao Brasil.

Como é possível concluir nas páginas anteriores, a competição global entre Estados Unidos, Rússia e China tem na América Latina e Caribe mais um tabuleiro. Dos casos supramencionados, o exemplo da Venezuela talvez seja a face mais evidente de como a região vem sendo capturada por dinâmicas de segurança de um jogo geopolítico cuja lógica é centrada no tabuleiro euroasiático. Conforme demonstrado, seja pela expansão da OTAN para o Leste e aproximação atlantista junto a países da antiga esfera de influência russa, os Estados Unidos visam lograr a contenção da Rússia em seu próprio entorno estratégico regional, restringindo suas opções e reduzindo a sua liberdade de ação junto a suas fronteiras. O mesmo ocorre na Ásia, quando da presença estadunidense no Japão, Coreia do Sul e seu apoio a Taiwan somado à retaguarda estratégica na Oceania

com a Austrália e alinhamento tácito com a Índia.

Nos marcos de um esquema de contenção eurasiático em curso, a América Latina surge como uma oportunidade para aliviar a pressão exercida por Washington na Ilha Mundial mackinderiana, tornando possível balancear os Estados Unidos em sua retaguarda ao Sul – como faz a Rússia – ou atuar no sentido de alterar os vínculos de aproximação e dependência a partir de ferramentas geoeconômicas, de crédito e investimento – como faz a China. Não obstante serem distintas as estratégias da China e da Rússia para a América Latina e Caribe, elas possuem efeitos significativos sobre o Brasil.

É possível afirmar que a atual crise venezuelana é ilustrativa de uma mudança mais geral na inserção da América Latina na geopolítica e segurança internacional. Num primeiro momento, a crise do país sul-americano possibilita um espaço privilegiado para a disputa geoestratégica entre Estados Unidos e Rússia (ROUVINSKI, 2019). Essa disputa estrutura-se em termos da lógica de balanceamento (PAUL, 2004; KAPLAN e PENFOLD, 2019), especialmente como oportunidade de resposta à contenção americana à Rússia na Eurásia (ROUVINSKI, 2019). Essa resposta organiza-se como contra-contenção, ou uma manobra de contra-cercos através da projeção de Moscou na América Latina, notadamente na Venezuela, Nicarágua e Cuba (TEIXEIRA JÚNIOR, 2018). Retomando à Mackinder, a luta entre o continentalismo russo e a oceanopolítica estadunidense retorna à América Latina, tendo na região um campo de batalha.

Por sua vez, a China emerge como ator a lançar-se na América Latina condicionada por uma lógica robusta no campo da grande estratégia (NIU, 2015; EVANS, 2017). Como a Rússia, desde o advento do premiê Xi Jinping em 2013, a China vem percebendo a região como uma oportunidade para expandir-se, consolidar fontes de fornecimento de *commodities* e ampliar oportunidades de investimentos

(VADELL, 2018). Distinto da pretensão russa de balancear os Estados Unidos, a presença chinesa na região oscila entre a busca por espaço, posicionamento e a acomodação com a potência hegemônica.

Conforme afirmamos, a reconfiguração do tabuleiro estratégico a nível global reinsere a América Latina nos esquemas geopolíticos em disputa. Para os Estados Unidos coloca-se na mesa um possível reposicionamento da região em sua estratégia internacional de segurança, em particular diante dos desafios apresentados pela presença sino-russa do Caribe ao Cone Sul. É no quadro geral desses processos que a retomada da competição geopolítica, tão em evidência entre o final do século XIX e início do XX, redescobre a retomada de doutrinas geopolíticas calcadas na primazia regional por parte dos Estados Unidos. Em tempos recentes, a necessidade de manter a garantia da dominância hemisférica faz eco a doutrinas clássicas como a Monroe (THE ECONOMIST, 2019).

Nos marcos de uma participação limitada nas grandes questões de segurança internacional e de uma marginalização geopolítica decorrente de sua posição periférica diante da centralidade eurasiática, a geopolítica contemporânea da América Latina e Caribe é novamente afetada por dinâmicas extrarregionais. O cenário abordado acima aponta para mudanças relacionadas a tendências de segurança regional vigentes nos últimos 20 anos. Conforme analisado por autores como Buzan e Waever (2003), com o fim da Guerra Fria a segurança no nível regional ganharia preponderância face às tendências globais. Isto posto, reduzir-se-ia o peso das grandes potências nas dinâmicas e gerenciamento da segurança regional, ocasionando um papel de maior relevo para potências regionais. Contudo, o retorno da competição geopolítica entre potências de *status quo* e revisionistas se dá também na disputa por espaço, posicionamento e acesso (KAPLAN, 2013; RUSSIAN FEDERATION, 2015). Consequentemente, regiões que outrora gozavam de maior autonomia de segurança, tornam-se cada vez mais espaços

em disputa. Discorremos na próxima seção como as relações Rússia-Venezuela, China-Venezuela e Estados Unidos-Venezuela são elucidativas da conversão do canto noroeste da América do Sul como zona de confronto entre grandes potências no interior do Entorno Estratégico Brasileiro.

Rússia, China e Estados Unidos na América Latina: Impactos para o Brasil

Para que se entenda o comportamento russo diante da crise da Venezuela se faz necessário ponderar sobre a sua estratégia para a região. Segundo Gurganus (2019), o apoio de Moscou a Caracas se baseia fundamentalmente em dois vetores, um simbólico e outro geográfico. O primeiro consiste em que ao apoiar a Venezuela a Rússia tem reforçado o seu *status* de grande potência, a despeito do não reconhecimento de Washington. O que seria uma aparente dispersão de esforços por parte de Moscou – o apoio à Caracas – converge na verdade com objetivos regionais e globais do país. De acordo com o *Conceito de Política Externa da Federação Russa* (RUSSIAN FEDERATION, 2016) Moscou nutre o interesse em defender a sua área de influência euroasiática ao passo que se ancora em sua projeção global para reconquistar – material e simbolicamente – seu *status* de grande potência no século XXI. O segundo se refere ao posicionamento a que a aproximação com a Venezuela confere: norte da América do Sul e Mar do Caribe. Ambos são espaços sensíveis para a geopolítica dos EUA no Hemisfério Americano, seja pela proximidade sua com o território continental, como por estar próximo ao Canal do Panamá.

A projeção da Rússia para o tabuleiro geopolítico da América Latina e Caribe se dá principalmente para a porção leste do hemisfério sul, com ênfase na costa atlântica e principalmente caribenha. Nas últimas décadas, a estratégia de projeção global da Rússia conferiu à Moscou um posicionamento privilegiado frente à Washington. O triângulo

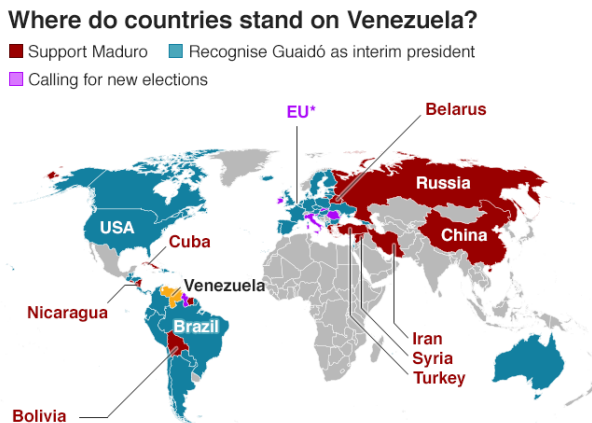
caribenho composto por Nicarágua, Venezuela e Cuba compreende três importantes interlocutores de Moscou ao sul da fronteira dos Estados Unidos, o que proporciona à potência eurasiática a vantagem da distância para melhor balancear os Estados Unidos (IISS, 2019).

Para autores como Rouvinski (2019), Kaplan e Penfold (2019), Moscou encontrou na Venezuela o lugar essencial para a sua estratégia no hemisfério americano. Ao apoiar Caracas, Moscou logrou um parceiro na construção da sua versão de uma ordem policêntrica ao passo que ao estreitar os laços com Nicarágua e Cuba, obtém outras possibilidades de desafiar os interesses geopolíticos na área de influência dos Estados Unidos. Ademais, segundo Rouvinski (2019), o engajamento russo da Venezuela era representativo da ambição global do presidente Putin em recrutar para a sua órbita países parceiros na construção de uma ordem multipolar calcada na contestação da primazia dos EUA. Para Gurganus, a geopolítica e postura estratégia da Rússia para a América Latina e Caribe se liga umbilicalmente à atual crise da Venezuela.

É nesse cenário que o embate e competição estratégica entre Estados Unidos e Rússia ganha novas arenas. Competição que tradicionalmente se processa na Europa do Leste, na última década tem tido na América Latina e Caribe um espaço estendido no qual Washington e Moscou medem forças. A internacionalização da crise Venezuela faz refletir na América Latina e Caribe a competição sistêmica entre Rússia e Estados Unidos, se expressando claramente na formação de alinhamentos internacionais antagônicos marcados pela dicotomia a favor ou contra Maduro (GURGANUS, 2018; KAPLAN e PENFOLD, 2019; ONER E SHEHDEH, 2019).

Fonte: Adaptado de Zerpa e Millard (2019).

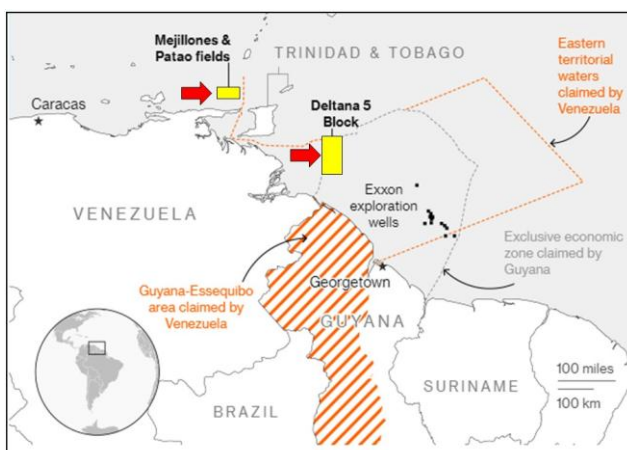
Fig 2: Maduro: alinhamento internacional



Fonte: BBC (2019).

A presença russa na região ocorre principalmente através do intercâmbio de energia (gás e petróleo) e transferência de armamentos (IISS, 2018). Analistas como Kaplan e Penfold (2019), Kurmanaev (2019) e Rouvinski (2019) afirmam em seus estudos que os princípios que guiam o envolvimento de Moscou nos setores de petróleo e gás na Venezuela são muito mais políticos do que comerciais. O papel de protagonismo econômico-comercial desempenhado pela indústria de defesa russa no intercâmbio com a Venezuela foi progressivamente assumido pelo setor de petróleo e gás, com destaque para a importância da Rosneft na sobrevivência da PDVSA (KAPLAN e PENFOLD, 2019).

Fig 3: Áreas de Exploração de Gás pela Rosneft na Venezuela



Não obstante a presença da Rússia como exportador de material de emprego militar para diversos países da América Central, Caribe e América do Sul, a relação russo-venezuelana possui uma proporção de magnitude diferenciada. Enquanto atualmente a articulação entre Moscou e Caracas esteja fortemente entremeada pela problemática geopolítica e energética, a cooperação e intercâmbio no campo militar e da indústria de defesa foi o pilar fundamental para o relacionamento⁸ (KURMANAEV, 2019; KAPLAN e PENFOLD, 2019).

Embora a presença russa na Venezuela contribua para impactar toda a região, seus efeitos são potencialmente sensíveis para o Brasil. Tendo em consideração o papel da Venezuela na estratégia internacional da Rússia, o país é central para a sustentação do regime bolivariano (IISS, 2019), claro fator de instabilidade para o Brasil. Nesse sentido, a direção Leste-Oeste (Europa-América Latina) da projeção russa exerce uma atenção superlativa por parte de Brasília. É importante atentar para o quadro crescente de instabilidade regional provocada pela crescente crise da Venezuela e o seu complexo processo de internacionalização.

Um exemplo robusto para essa afirmativa consiste no papel desempenhado por Moscou em afetar a balança militar na região na última década. Mais recentemente, a atuação da aviação estratégica russa na Venezuela reacendeu o debate sobre o possível uso das posições russas no Caribe em apoio a sua estratégia de dissuasão convencional e nuclear contra os Estados Unidos (FROLOV, 2018). Quando a administração Trump afirmou a possibilidade de medidas de força militar contra Caracas, a Venezuela recebeu a visita da aviação estratégica russa (FROLOV, 2018; KURMANAEV, 2019). Em 2015, dias após a

⁸Anexo 1:quadro de Transferência de Armas da Rússia para a Venezuela (2000 a 2018).

Casa Branca declarar a Venezuela uma “ameaça não-usual e extraordinária” para a segurança nacional, ocorreram no país sul-americano dez dias de exercícios militares que envolveram tropas e equipamentos russos (IISS, 2019).

Outro aspecto que realça a instabilidade produzida pela penetração russa nas dinâmicas de segurança na porção setentrional da América do Sul refere-se ao fato de que ao possuir fronteira com a Venezuela, o Brasil se vê na zona de contato em que se dá a oposição entre Rússia e Estados Unidos na Venezuela. No norte do subcontinente existe a possibilidade de escalada militarizada da crise venezuelana, seja pela implosão do regime em guerra civil ou pela guerra interestatal entre atores regionais mobilizados por potências extrarregionais. Para além da crise humanitária vivenciada, da qual a Operação Acolhida é uma resposta exemplar, torna-se cada vez mais plausível a ocorrência de Disputas Militarizadas Interestatais (MARES, 2001). Padrão tradicional de conflito-crise na América Latina, as MID decorrentes da crise em apreço podem ensejar ações de ameaça ou uso da força limitado em regiões de fronteira com o Brasil. Estas poderão ocorrer tanto entre Venezuela-Colômbia, Venezuela-Guiana, Venezuela-Estados Unidos ou Rússia-Colômbia.

Em caso de guerra (civil e/ou interestatal), em regiões onde o Brasil compartilha tríplices fronteiras (Brasil, Colômbia, Venezuela ou Brasil, Guiana, Venezuela) o território brasileiro pode ser usado por atores beligerantes como área de passagem, corredor logístico informal ou santuário. A depender da dinâmica de um potencial conflito, a presença (estável ou pendular) de forças estrangeiras no território nacional poderá ser acompanhada da articulação ou conflito com atores do crime organizado transnacional que já disputam essas regiões. Em síntese, a crise da Venezuela, por seu caráter internacionalizado e potencial violento tem uma elevada capacidade de provocar instabilidade regional com potencial episódios de uso da força interestatal.

Embora Moscou se destaque pela ênfase na retórica confrontacionista e pelo desdobramento de meios militares em países da América Latina e Caribe – o que habilita a Rússia a jogar geopoliticamente com Washington em sua área de influência (KAPLAN e PENFOLD, 2019) – o seu engajamento na região é menos estruturante que a projeção chinesa na América Latina e Caribe. Centrado mais no Caribe, a Rússia contrasta com a direção da projeção chinesa, advinda prioritariamente do Pacífico no sentido Oeste-Leste (Leste Asiático-América Latina). Enquanto a projeção da Rússia para a América Latina e Caribe se dá principalmente para a Venezuela, Nicarágua e Cuba, com ênfase na indústria e *commodities* energéticas e na transferência de armas, a projeção da China para a região é muito mais ampla e profunda. Contrastando com o perfil russo, reduzido aos vetores de energia e armamentos, o engajamento chinês na região se expande desde o México à Argentina, do Chile ao Brasil (LEE, 2016; DINATALE, 2018). Baseado em dados de 2018 (IISS, 2018a), a China figurava como segundo maior parceiro comercial dos países latino-americanos e caribenhos, atrás apenas dos Estados Unidos.

Se a atuação de Moscou segue a sua estratégia internacional (RUSSIAN FEDERATION, 2016), o mesmo pode-se dizer do comportamento de Pequim na região, articulada ao ideário de Rejuvenescimento Chinês (CHINA, 2016) e instrumentalizado pelo conceito de “1+3+6” (NIU, 2015). Conforme define Xi Jinping (2014), o “1” significa um único plano, representado pelo Plano de Cooperação Sino-América Latina e Caribe a ser levado a cabo pela China e pelos países da CELAC (CHINA, 2016). Para céticos como Ellis (2017), o “um só plano” explicita a estratégia ampla de Pequim para engajar a América Latina nas mais diversas áreas como política, economia e poder militar. Para Jinping (2014), o número “3” consiste nos “três motores” dessa relação, ou seja o comércio, cooperação financeira e investimentos. O número “6” corresponde às “seis áreas” prioritárias (energia e recursos, construção de infraestrutura, agricultura,

manufatura, ciência e inovação tecnológica e tecnologias de informação) para a cooperação sino-latino-americana.

Representando uma visão crítica da presença chinesa no Hemisfério Americano, Ellis (2017) afirma que as ações envoltas no conceito de “1+3+6” podem contribuir para a China moldar o ambiente América Latina e Caribe a seu favor. Por essa razão, apesar de se destacarem as relações econômicas e comerciais de Pequim com a região, na avaliação de autores como Niu (2015) e Ellis (2017), percebe-se que os objetivos chineses na América Latina transcendem a lógica de curso prazo, sendo em si estratégicos.

Ao dispor de mais recursos que a Rússia, a atuação chinesa na América Latina vai além da atuação concernente à energia (ELLIS, 2018), se destacando pesadamente pelo uso dos Investimentos Externos Diretos (IEDs), crédito e comércio (NIU, 2015). Em primeiro lugar, a região é uma das principais produtoras de *commodities* e insumos fundamentais para o acelerado processo de desenvolvimento chinês. Em segundo lugar, além de mercado consumidor a ser conquistado por suas companhias, países latino-americanos são receptores por excelência de investimentos externos diretos chineses. A China é o principal parceiro comercial da América do Sul. Mais recentemente, a atuação chinesa na região se destaca fortemente pelo seu papel no perfil do crédito e dívida de países latino-americanos junto à Pequim e por seu processo de construção de infraestrutura e logística na região, ligado em parte à Iniciativa do Cinturão e Rota (IISS, 2018b). No entanto, a rápida aproximação entre China e América Latina ocorrida durante o *boom* das *commodities* nos anos 2000 sofre agora os impactos da desaceleração da economia chinesa. Essa situação evidencia as vulnerabilidades dos países latino-americanos no contexto de uma economia permeada cada vez mais por disputas geopolíticas. Não obstante a ênfase em recursos brandos de poder, para Ellis (2017), a presença chinesa na região já produz efeitos geopolíticos e militares, como ilustra o seu apoio ao

presidente Maduro na Venezuela ou por seu papel na transferência de armas para países como Venezuela⁹.

Em terceiro lugar e não menos relevante, o engajamento chinês de países latino-americanos permite à Pequim reconfigurar o ambiente econômico regional previamente dominado por seu competidor estratégico global, os Estados Unidos. A crise da Venezuela apresenta um balanço de riscos e oportunidades para a estratégia chinesa nas Américas. Baseado nesse cenário, a atuação chinesa na América Latina é sensível para o Brasil. Pequim constitui seu principal parceiro comercial e atende por volumes importantes de investimentos. Assim sendo, a presença chinesa na região, além do aspecto econômico e comercial, postula importantes impactos geopolíticos. Primeiramente, pode incorporar a região à órbita econômica chinesa, calcada nas dinâmicas da Ásia-Pacífico. Segundo, acirra o potencial de disputa e competição já instigada pela rivalidade Moscou-Washington na América Latina e Caribe.

Outra dimensão relevante do componente militar da estratégia chinesa na Venezuela e região diz respeito a sua participação na composição de capacidades militares, especialmente através da transferência de armas. Como disposto nos documentos orientadores do engajamento chinês na região (CHINA, 2009, 2015, 2016), a diplomacia militar de Pequim tem outros destinos para além de Caracas, dos quais listamos os seguintes: Antígua e Barbados e Trinidad e Tobago, Cuba, Costa Rica, El Salvador, Bolívia, Equador, Guiana, Suriname (IISS, 2017, IISS, 2019). Para além de IEDs e comércio tradicional, a presença chinesa se expande por toda América Latina e Caribe, em particular tendo aumentado o perfil de suas exportações militares, com destaque para a Venezuela nos últimos anos.

No entanto, distinto da Rússia, que tem na Venezuela o seu ápice na presença no Hemisfério Americano, a China pulverizou

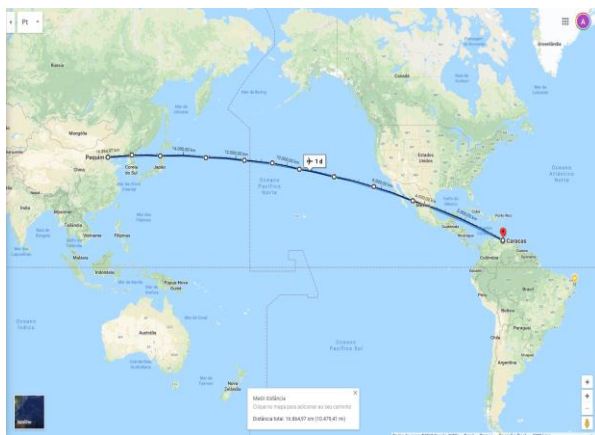
⁹Anexo2:quadro de Transferência de Armas da China para a Venezuela (2000 a 2018).

fortemente a sua atuação em toda a região. Para Pequim, apesar de timidamente se postar a favor do atual regime em Caracas, tem como desafio claro garantir o pagamento de seus empréstimos ao país caribenho e o retorno de seus investimentos. Embora o pragmatismo chinês seja notável, Pequim igualmente percebe a relevância de poder ter na Venezuela uma carta útil em sua relação com os Estados Unidos. Entretanto, o apoio de Pequim a Caracas dificilmente tende a se travestir em expressivo apoio militar, calcado na presença. Lançamos algumas razões a seguir, as quais são de interesse para pensar a segurança do Brasil.

Em primeiro lugar, embora uma potência global, a China prioriza a sua modernização militar e construção de meios com ênfase em seu entorno imediato. Esse foco transparece na importância atribuída na estratégia de Pequim aos seus mares próximos, como Mar do Sul da China, Mar do Leste da China e no Mar Amarelo (LAGUE, 2019).

Em segundo lugar, não obstante possua atualmente um número superior de navios de guerra que os Estados Unidos (IISS, 2019), este ainda possui um número superior de porta-aviões, fundamentais para a projeção de poder aeronaval numa doutrina naval ofensiva (LAGUE, 2019). Em terceiro lugar, impõe-se contra o eixo Pequim-Caracas o desafio da distância. Não menos que 10 mil quilômetros separam ambos os países.

Fig 4: Distância entre Pequim e Caracas.



Fonte: Google Maps, Disponível em: <https://bit.ly/32b38yj>, Acesso em: 04 jul. 2019.

Para que um apoio militar seja dado entre ambos, meios marítimos cumpririam papel basilar. Entretanto, além da distância, esse apoio teria que lidar com o domínio exercido pelos Estados Unidos no Pacífico Norte e Sul (ELLIS, 2017, 2018). Por sua vez, a presença chinesa e a sua articulação com países caribenhos podem criar condições futuras para ameaçar a liberdade de ação dos EUA na região do Canal do Panamá, com efeitos disruptivos para a América Latina e o Brasil.

Em que pese os obstáculos apresentados acima para a projeção em força da China na América Latina, deve-se atentar para que a região é estratégica para Pequim dada a sua relevância no presente como fornecedora de insumos e no futuro como reserva estratégica. Como afirmado anteriormente, a América Latina e o Brasil se associam de forma expressiva ao desenvolvimento chinês, fazendo parte assim de sua grande estratégia. Essa relação abre caminhos para pensar a articulação possível e desejável entre Brasília e Pequim. Embora consista num desafio, Pequim pode ser fundamental ao Brasil caso deseje manter a tradição de buscar uma ordem internacional multipolar. Por sua vez, o perfil da inserção internacional a qual o Brasil ingressa com o seu intercâmbio com a China se caracteriza por um quadro de potencial reprimarização produtiva. Em adição, em que pese a superlativa relevância da China, os Estados Unidos ainda são uma variável central em qualquer cálculo estratégico sobre a geopolítica no entorno estratégico brasileiro.

Enquanto na última década Moscou e Pequim se projetavam para o Hemisfério Ocidental, com ênfase na América Latina e Caribe, Os Estados Unidos priorizaram sua projeção na Eurásia. Refletindo a ênfase na sua projeção de poder para a contenção eurasiática de seus antagonistas, a porção meridional do Hemisfério Americano viu-se

mais uma vez fora das prioridades de Washington, com exceção de algumas pautas atreladas as chamadas “novas ameaças”.

Como efeito da presença sino-russa em sua zona de influência histórica, exemplificada pela crise venezuelana, a América Latina recebe renovada atenção na administração Trump (SCHAKE, 2019; THE ECONOMIST, 2019). No contexto de uma crescente presença sino-russa no cenário latino-americano, ambiente de tradicional influência dos Estados Unidos, os Estados Unidos buscam reagir através da tentativa de negação de acesso e espaço na região a seus rivais. Embora ideias como Doutrina Monroe tenham aparecido com frequência nos últimos anos, não se observa ainda uma clara estratégia por parte de Washington para a América Latina. Muito menos, não se postulam sinais de uma busca por construir um esquema de contenção similar ao existente na Europa entre sócios latino-americanos. Apesar da crescente presença sino-russa na América Latina constar como problema de segurança nacional na *National Security Strategy* de 2017, as ações de coordenação na região ainda são fundamentalmente para temas ligados a ameaças de segurança, como tráfico de drogas, assistência humanitária e alívio a desastres.

Ao passo que ainda não seja possível afirmar uma estratégia para a região, os Estados Unidos têm buscado incrementar o seu engajamento com parceiros regionais positivamente, ao passo que recrudescem sanções contra o governo de Nicolas Maduro, *proxy* da disputa geopolítica entre as grandes potências no Hemisfério Americano. Um dos principais parceiros latino-americanos dos Estados Unidos, a Colômbia tem sido diretamente afetada pela crise da Venezuela e por sua evolução em campo de disputa geopolítico entre grandes potências.

Buscando melhorar as condições de segurança, Bogotá optou por se alinhar a Washington e a OTAN. Espelhando um relacionamento de mais de duas décadas, em 2018 a Colômbia ascendeu à condição de sócio global da OTAN (DUSSÁN, 2018). De

acordo com a sua condição de “partners across the globe¹⁰” (NATO, 2018), a Colômbia adentra o seletivo grupo de países que similarmente ao se relacionar de forma especial com a OTAN, cumprem também um papel relevante na estratégia global dos Estados Unidos, o fazem a Austrália, Coréia do Sul e Nova Zelândia.

Para a perspectiva brasileira, cabe notar que Bogotá se alinha claramente a um dos lados da disputa geopolítica, com isso cede espaço e posicionamento para os Estados Unidos balancearem não apenas a Venezuela, mas Rússia e China. Somada à inferência anterior, observa-se que os efeitos da articulação dos EUA com países da região apresentam resultados ambíguos para o Brasil, o que afetam o seu cálculo sobre alinhamento e equidistância com Washington.

Embora historicamente o Brasil tenha sustentado uma postura reticente e ambivalente sobre possíveis alinhamentos com os Estados Unidos, em tempos recentes Brasília esboça uma aproximação com os Estados Unidos ao longo da administração Bolsonaro. Alguns resultantes dessa aproximação são abordados a seguir. Em particular, destaca-se a designação unilateral pelos Estados Unidos do Brasil como *Major Non-NATO Ally* (MNNA) em 2019. Além de facilidades previstas para a aquisição de material bélico, a condição supracitada é conferida a um grupo seletivo de países e possui um significado geopolítico que transcende interesses comerciais imediatos. Conforme afirma Barreira (2019), no contexto em que China e Rússia buscam aumentar suas vendas de material bélico na América Latina, os EUA estendem ao Brasil com o MNNA acesso preferencial ao seu excedente militar dentre outras oportunidades de acesso ao mercado americano para a Base Industrial de Defesa brasileira.

Outra iniciativa que denota um alinhamento entre Brasil e Estados Unidos é a mudança de status do país junto ao Comando Sul dos Estados Unidos (USSOUTHCOM). No ano de 2019 um general do Brasil foi

¹⁰ Sobre *Nato Partners*, ver NATO (2019).

designado para atuar junto ao USSOUTHCOM, sinalizando assim uma elevação da condição do Brasil no órgão. Deve-se notar que o USSOUTHCOM é parte da estrutura burocrática americana que divide o globo em áreas de responsabilidade regionais, nos quais atuam os Comandos Combatentes Unificados (*Unified Combatant Commands*). Ademais, as áreas de responsabilidade (AOR) compõem parte da geoestratégia global dos EUA.

Na atual conjuntura, o Brasil altera o seu status de atuação e importância na principal instituição dos EUA que versa sobre o preparo e emprego do poder militar para o Hemisfério Americano, área em que Washington se vê em disputa com Rússia e China. Como resultado, apesar de um histórico de não-alinhamento, pragmatismo e autonomia, a Política Externa atual do Brasil sinaliza para um padrão de alinhamento com os Estados Unidos, apesar de não tão explícito como aquele da Colômbia. Indo além de uma potencial mudança no campo da Política Externa Brasileira, o possível relacionamento entre Washington e Brasília poderá espelhar muito mais as mudanças geopolíticas impulsionadas pelos fenômenos abordados no presente artigo: mudança de polaridade, acesso a tecnologias e sistemas, reavaliação de tabuleiros geopolíticos e seus impactos em alinhamentos e no equilíbrio de poder na América Latina.

Considerações Finais

O presente artigo teve como tema central a questão da competição geopolítica entre Estados Unidos, Rússia e China na América Latina e seus impactos para o Brasil. Nesse escopo, o texto teve como pergunta de pesquisa a seguinte questão: como as potências mundiais influenciam o entorno estratégico brasileiro e quais seus reflexos para a segurança e defesa do Brasil e da América do Sul?

Discorreremos sobre como o status de marginalização da América Latina como

periferia geopolítica vem sendo alterado na última década. Não obstante a participação de países da região em eventos marcantes no século XX, nos últimos 20 anos observa-se um paulatino reposicionamento da América Latina e Caribe como extensão do tabuleiro geopolítico em que disputam grandes potências, notadamente os Estados Unidos, Rússia e China.

Demonstramos a lógica de atuação sino-russa na América Latina e Caribe, que apesar de distinta, em função de culturas estratégicas diferentes e distintas fontes de poder disponíveis, parece corresponder a um movimento de contra-contenção; ou seja, uma resposta à ação de contenção exercida pelos Estados Unidos na Eurásia. Demonstramos que a transformação da América Latina e Caribe em tabuleiro geopolítico das grandes potências não apenas potencializa tendências de conflito e crise endógenas à região – evidenciada pelo caso da Venezuela – como reduz a autonomia do Brasil em ordenar o seu exterior imediato. Essa inferência se robustece pelos indícios de alinhamento entre Brasil e Estados Unidos apontados no artigo.

Como observado acima, o acirramento da competição internacional entre grandes potências e o seu transbordamento para a América Latina podem constranger significativamente o espaço de decisão e ação do Brasil. Em especial, no que compete a sua capacidade de manter-se neutro. Com a internacionalização de crises e conflitos regionais, capturados por dinâmicas geopolíticas globais, dificilmente o Brasil possuiria sozinho excedente de poder com o qual pudesse encaminhar soluções pacíficas sem o apoio das partes ou de um dos lados em disputa (grandes potências). Distinto de crises e conflitos anteriores em que o Brasil exerceu protagonismo no gerenciamento de segurança (ex. Guerra de Cenepa), conflitos com baixa adesão de grandes potências extrarregionais, a atual crise da Venezuela exhibe um panorama que constrange expressivamente a liberdade de ação de Brasília. Esse *spillover* negativo é reforçado especialmente no contexto em que o país carece de instituições regionais habilitadas a impulsionar o diálogo e a busca por soluções regionais para problemas

regionais, como competia ao Conselho de Defesa Sul-Americano da UNASUL.

Adicionado a esse quadro de paradoxal redução do espaço de ação em paralelo a emergência da multipolaridade, disputas no campo tecnológico, econômico e comercial, ganham uma tônica cada vez mais geopolítica. Talvez, um dos melhores exemplos que ilustra o que chamamos de constrangimento seja a necessária opção do Brasil por um modelo de internet 5G: chinês, estadunidense ou europeu? Em um contexto como esse, dissociar escolhas de oportunidade de alinhamentos fixos transcende a habilidade diplomática, é em si uma necessidade de Estado.

Diante do exposto sobre a atuação das potências mundiais – Estados Unidos, Rússia e China – no entorno estratégico brasileiro, inferimos que como resultado essas dinâmicas arrastam o Brasil para o seio de uma disputa geopolítica maior, a qual transcende a crise venezuelana em curso. Diante do quadro de mudança da polaridade global, da retomada mais evidente a competição geopolítica e da recorrência do uso da força nas relações internacionais, se faz prudente sustentar um importante legado da tradição de política externa do Brasil: a articulação entre a busca por autonomia e a operacionalização de sua condição como país intermediário. Afinal, distinto das grandes potências acima mencionadas, o Brasil tem na Venezuela um vizinho, que em virtude da contiguidade territorial possui a certeza de transbordamento de segurança para o seu próprio território quanto a externalidades negativas de segurança advindas da Venezuela.

Essa avaliação incide em considerar a tomada de uma posição de cautela no trato da crise em questão. Sob a ótica de Estados Unidos e Rússia, a crise da Venezuela atende a um jogo geopolítico que nos escapa e do qual possivelmente pouco temos a ganhar em termos do interesse nacional. Conforme analisado no artigo, a Rússia possui interesses robustos na Venezuela (geopolíticos e energéticos), tal como os Estados Unidos (posição, prestígio e segurança) e China (investimentos externos diretos, energia e acesso).

A resolução da crise em curso nos moldes de um jogo de soma zero poderá produzir externalidades negativas para o Brasil ainda não ponderadas. Diante de um cenário de incertezas, consideramos que a posição de ambivalência estratégica, da qual o Brasil se valeu antes de sua entrada na Segunda Guerra Mundial, possa inspirar a estratégia mais segura para maximizar seus ganhos com as grandes potências em tela, ao passo que busca mitigar os custos da deterioração do cenário de segurança regional, cujo epicentro atual é a Venezuela.

Referências

BANDEIRA, Luiz Alberto. *A segunda guerra fria: geopolítica e dimensão estratégica dos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

BARREIRA, Victor. “US designates Brazil as a major non-NATO ally”. *Jane’s Defense Weekly*, August 05, 2019. Disponível em: <https://www.janes.com/article/90292/us-designates-brazil-as-a-major-non-nato-ally>. Acesso em: 14 nov. 2019.

BBC. “Maduro and Guaidó: Who is supporting whom in Venezuela?”. *BBC NEWS World*, Latin America. 5 february, 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-latin-america-47053701>, Acesso em: 12 set. 2019.

BUZAN, Barry; WAVER, Ole. *Regions and Powers: the structure of international security*, Cambridge/New York: Cambridge University Press, 2003.

CAIRO, Heriberto. *A América Latina nos modelos geopolíticos modernos: da marginalização à preocupação com sua autonomia*. Cad. CRH [online]. 2008, vol.21, n.53, pp.219-235. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792008000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 out. 2019.

CHINA, The People’s Republic of China. China’s Policy Paper on Latin America and the Caribbean. April 20, 2009. USC US-China Institute. Disponível em: < <https://china.usc.edu/chinas-policy-paper-latin-america-and-caribbean>>, Acesso em: 02 jul. 2019.

CHINA, The People’s Republic of China. White Paper China’s Military Strategy (full text). May 27, 2015. The State Council - The People’s Republic of China. Disponível em: < http://english.gov.cn/archive/white_paper/2015/05/27/content_281475115610833.htm>, Acesso em: 02 jul. 2019.

CHINA. *Ministry of Foreign Affairs of China*. “Basic Information about China-CELAC Forum”. April, 2016. Disponível em: http://www.chinacelacforum.org/eng/ltjj_1/P020161207421177845816.pdf. Acesso em: 24 jan. 2020.

CHINA. *Full text of China’s Policy Paper on Latin America and the Caribbean*. Nov. 24, 2016. The State Council - The People’s Republic of China. Disponível em: <http://english.gov.cn/archive/white_paper/2016/11/24/content_281475499069158.htm>, Acesso em: 02 jul. 2019.

DINATALE, Martín. “China envía una misión de Defensa a la Argentina para avanzar en un acuerdo de producción militar conjunto”. *Política*. Infobae. 10 de julio de 2018. disponível em: <https://www.infobae.com/politica/2018/07/10/china-envia-una-mision-de-defensa-a-la-argentina-para-avanzar-en-un-acuerdo-de-produccion-militar-conjunto/>. Acesso em: 17/07/2018.

DUSSÁN, Yolina. “Colômbia se torna sócio global da OTAN”. *Dialogo*, 08 de agosto, 2018. Disponível em: <https://dialogo-americas.com/pt-br/colombia-a-global-nato-partner/>. Acesso em: 14 nov. 2019.

ELLIS, Evan. “The strategic Context of China’s Advance in Latin America: an update”. *Asia Centre / DGRIS, Note – observatoire China 2017/2018*. Disponível em: <https://centreasia.hypotheses.org/files/2017/08/17-Ellis-Ame%CC%81rique-Latine_180417.pdf>, Acesso em: 02 jul. 2019.

ELLIS, Evan. *The Future of Latin America and the Caribbean in the Context of the Rise of China*. Center for Strategic and International Studies, CSIS Americas Program. November 21, 2018. https://csis-prod.s3.amazonaws.com/s3fs-public/publication/181119_FutureofLatinAmerica.pdf?fMECdCfwt7zdU7MyR9OFme08CFXWHti >, Acesso em: 02 jul. 2019.

FROLOV, Andrei. “Russian Bombers in Venezuela: No Need for Permanent Air Base”. *Valdai Discussion Club*, Expert Opinion. 27 dezembro 2018. Disponível em: <http://valdaiclub.com/a/highlights/russian-bombers-in-venezuela/>, Acesso em: 12 set. 2019.

GURGANUS, Julia. “Russia: Playing a Geopolitical Game in Latin America”. *Carnegie Endowment for Peace*. May 03, 2018. Disponível em: <https://carnegieendowment.org/2018/05/03/russia-playing-geopolitical-game-in-latin-america-pub-76228>, Acesso em: 12 set. 2019.

- HUNTINGTON, Samuel P. The lonely Superpower. *Foreign Affairs*, Volume 78, Number 2, March/April, 1999.
- IISS. International Institute for Strategic Studies. *Strategic Survey: The Annual Assessment of Geopolitics*. Londres, 2018a.
- IISS. International Institute for Strategic Studies. China's Belt and Road Initiative in Latin America and the Caribbean. Vol. 24, Comment 40. 20th December 2018b. Disponível em: <<https://www.iiss.org/publications/strategic-comments/2018/chinas-bri-in-latin-america>>, Acesso em: 02 jul. 2019.
- IISS. International Institute for Strategic Studies. *The Military Balance 2019: The annual assessment of global military capabilities and defence economics*. London, 2019.
- _____. *The Military Balance 2018: The annual assessment of global military capabilities and defence economics*. London, 2018.
- _____. *The Military Balance 2017: The annual assessment of global military capabilities and defence economics*. London, 2017.
- KAPLAN, Robert D. "A New Cold War Has Begun". *Foreign Policy*. January 7, 2019. Disponível em: <<https://foreignpolicy.com/2019/01/07/a-new-cold-war-has-begun/>>, Acesso em: 29 mai. 2019.
- KAPLAN, Robert D. *A vingança da geografia: a construção do mundo geopolítico a partir da perspectiva geográfica*. Tradução Cristiana de Assis Serra. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.
- KAPLAN, Stephen B., PENFOLD, Michael. "China and Russia have deep financial ties to Venezuela. Here's what's at stake." *Washington Post*, Monkey Cage Analysis. February 22 2019. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/politics/2019/02/22/china-russia-have-deep-financial-ties-venezuela-heres-whats-stake/>. Acesso em: 12 set. 2019.
- KRAMER, Mark. "U.S.-Russian Relations and the 'New Cold War' Metaphor". PONARS Eurasia Policy Memo No. 547. November 2018. Disponível em: <<http://www.ponarseurasia.org/memo/us-russian-relations-and-new-cold-war-metaphor>>, Acesso em: 29 mai. 2019.
- KURMANAEV, Anatoly. "Venezuela's Collapse Frays Its Economic Ties With Russia". *The New York Times*. June 17, 2019. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2019/06/17/world/americas/venezuela-russia-economy.html>, Acesso em: 12 set. 2019.
- LEE, Robert Victor. "China builds space-monitoring base in the Americas". *The Diplomat*. May 24, 2016. Disponível em: <http://thediplomat.com/2016/05/china-builds-space-monitoring-base-in-the-americas/>. Acesso em: 02.06.2017.
- MARES, David R. *Violent Peace: militarized interstate bargaining in Latin America*. New York: Columbia University Press, 2001.
- MARES, David R. *Latin America and the Illusion of Peace*. International Institute for Strategic Studies, Adelphi series. Londres/Nova Iorque: Routledge, 2012.
- MELLO, Leonel Itaussu Almeida. A geopolítica do poder terrestre revisitada. *Lua Nova*, São Paulo, n. 34, p. 55-69, Dec. 1994. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451994000300005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 Out. 2019.
- NIU, Haibin. A New Era of China-Latin America Relations. *Coordinadora Regional de Investigaciones Económicas y Sociales (CRIES)*. Anuario de Integración 11. 2015. Disponível em: <<http://www.cries.org/wp-content/uploads/2016/02/03-Niu.pdf>>, Acesso em: 02 jul. 2019.

ONER, Imdat; SHEHADEH, Lana. “In Venezuela, an isolated Maduro searches for allies across the globe”. *War on the Rocks*. January 30, 2019. Disponível em: <https://warontherocks.com/2019/01/in-venezuela-an-isolated-maduro-searches-for-allies-across-the-globe/>. Acesso em: 12 mar. 2019.

PAUL, T. V. “The enduring axioms of balance of power theory and their contemporary relevance”. In: PAUL, T. V.; WIRTZ, JAMES J.; FORTMANN, MICHEL (Eds). *Balance of Power: Theory and Practice in the 21st century*. Stanford: Stanford University Press, 2004.

ROUVINSKI, Vladimir. “Russian-Venezuelan Relations at a Crossroads”. *Latin American Program, Kennan Institute*. February 2019. Disponível em: https://www.wilsoncenter.org/sites/default/files/russia-venezuela_report_rouvinski_final_0.pdf, Acesso em: 12 set. 2019.

RUSSIAN FEDERATION. *The Foreign Policy Concept of the Russian Federation*. APPROVED by President of the Russian Federation Vladimir Putin on November 30, 2016. Disponível em: https://www.rusemb.org.uk/rp_insight/, Acesso em: 12 set. 2019.

SCHAKE, Kori. “Let the Monroe Doctrine Die”. *Foreign Policy, Argument*. May 29, 2019. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2019/05/29/let-the-monroe-doctrine-die-venezuela-bolton/>, Acesso em: 12 set. 2019.

TEIXEIRA JÚNIOR, Augusto W. M.. “A Reconfiguração do Tabuleiro Internacional e suas Implicações Geoestratégicas para o Brasil”. Centro de Estudos Estratégicos do Exército: Artigos Estratégicos, v. 5, n. 2, p. 7-30, dez. 2018. Disponível em: <<http://www.ebrevistas.eb.mil.br/index.php/CEEEExArE/article/view/2096>>. Acesso em: 13 mar. 2019.

TEIXEIRA JÚNIOR, Augusto W. M. A Geopolítica da China na Crise da Venezuela. Centro de Estudos Estratégicos do Exército: Análise Estratégica, [S.l.], v. 13, n. 3, p. 7-22, ago. 2019a. Disponível em: <http://www.ebrevistas.eb.mil.br/index.php/CEEEExAE/article/view/2587>. Acesso em: 15 nov. 2019.

TEIXEIRA JÚNIOR, Augusto W. M.. Geopolítica e Postura Estratégica da Rússia na Crise da Venezuela. Centro de Estudos Estratégicos do Exército: Análise Estratégica, [S.l.], v. 14, n. 4, p. 21-42, nov. 2019. Disponível em: <<http://www.ebrevistas.eb.mil.br/index.php/CEEEExAE/article/view/3195>>. Acesso em: 24 jan. 2020.

TEIXEIRA JÚNIOR, Augusto W. M.. Geopolítica e Postura Estratégica dos Estados Unidos na Crise da Venezuela. Análise Estratégica. Brasília: Centro de Estudos Estratégicos do Exército, 2019. [No Prelo].

THE ECONOMIST. “John Bolton and the Monroe Doctrine”. *The Economist*. May 9th 2019. Disponível em: <https://www.economist.com/leaders/2019/05/09/john-bolton-and-the-monroe-doctrine> THE ECONOMIST 2019, Acesso em: 12 set. 2019.

UNITED STATES OF AMERICA. The White House. *National Security Strategy of the United States of America*. December 2017.

ZERPA, Fabiola; MILLARD, Peter. “Russia Squeezing Embattled Venezuela for Tax-Free Gas Expansion”. *Bloomberg, Markets*. June 20, 2019. Disponível em: <https://www.bloomberg.com/news/articles/2019-06-20/russia-squeezing-embattled-venezuela-for-tax-free-gas-expansion>, Acesso em: 12 set. 2019.

Anexo 1: Transferência de Armas da Rússia para a Venezuela (2000 a 2018).

Designação	Descrição	Ano de Entrega	Quantidade entregue
Mi-26	Helicóptero de transporte	2007	1
Mi-35M	Helicóptero de combate	2006	3
Mi-35M	Helicóptero de combate	2006	5
Mi-8MT/Mi-17	Helicóptero de transporte	2006	6
KAB-500/1500	Bomba guiada	2007-2008	200
Kh-29/AS-14 Kedge	Míssil ar-terra	2008	50
Kh-31A1/AS-17	Míssil anti-navio	2008	50
Kh-59ME Ovod/AS-18	Míssil ar-terra	2008	50
Mi-35M	Helicóptero de combate	2008	2
Mi-8MT/Mi-17	Helicóptero de transporte	2009-2010	14
Mi-8MT/Mi-17	Helicóptero de transporte	2009-2010	18
R-27/AA-10	Míssil além do alcance visual	2007-2008	100
R-73/AA-11	Míssil ar-ar de curto alcance	2008	150
Su-30MK	Aeronave de caça e ataque ao solo	2006-2008	24
Igla-S/SA-24	SAM ¹¹ portátil	2009-2010	2000
S-125 Pechora-2M	Sistema SAM	2011-2014	11
V-601/SA-3B	SAM	2011-2014	550
2S19 MST-A-S 152mm	Arma autopropulsada	2011-2013	48
2S23 Nona-SVK	Morteiro autopropulsado	2011	13
9M117 Bastion/AT-10	Míssil antitanque	2011-2013	1000
9M317/SA-17 Grizzly	SAM	2013	250
9M82M/SA-23A	SAM	2013	40
9M83M/SA-23B	SAM	2013	150
BM-21 Grad 122mm	Lançador múltiplo de foguetes autopropulsado	2011	24
BM-9A52 Smerch	Lançador múltiplo de foguetes autopropulsado	2013	12
BMP-3	IFV ¹²	2011-2013	123
BTR-80A	IFV	2011-2014	114
Buk-M2/SA-17	Sistema SAM	2013	12
S-300VM/SA-23	Sistema SAM	2013	3
T-72M1	Carro de combate	2011-2013	92
2B11 120mm	Morteiro	2011-2012	24
Igla-S/SA-24	SAM portátil	2012	2000

Fonte: SIPRI, *SIPRI ArmsTransfersDatabase*, 2018. Disponível em: http://armstrade.sipri.org/armstrade/page/trade_register.php.

Anexo 2: Transferência de Armas da China para a Venezuela (2000 a 2018).

Designação	Descrição	Ano de Entrega	Quantidade entregue
JYL-1	Radar de busca aérea	2006-2007	3
JYL-1	Radar de busca aérea	2008-2009	7
JY-11	Radar de busca aérea	2010-2011	3
K-8 Karakorum-8	Aeronave de treinamento/combate leve	2010	18
PL-5E	Míssil Ar-Ar de curto alcance	2010	100
Y-8	Aeronave de transporte	2012-2014	8
Red Arrow-73	Míssil antitanque	2015	250
SM-4 81mm	Morteiro autopropulsado	2014-2015	18
Type-07P/VN-1	IFV	2014-2015	40
VN-4	APV13/APC14	2013-2015	121
ZBD-05/VN-18	IFV	2015	25
ZTD-05/VN-16	Carro de combate leve	2015	25
K-8 Karakorum-8	Aeronave de treinamento/combate leve	2016	9
C-802/CSS-N-8	Mísseis anti-navio	2017	s/d
SRS	Artilharia MRL 18 220mm	2017	18

Fonte: SIPRI (2018), IISS (2017, p. 478). s/d = sem dados.

¹¹ *Surface-to-Air Missile* (míssil terra-ar).

¹² *Infantry Fighting Vehicle* (Veículo de Combate de Infantaria).

¹³ *Armored Patrol Vehicle* (Veículo Blindado de Patrulha).

¹⁴ *Armored Personnel Carrier* (Veículo Blindado de Transporte de Pessoal).